LIVRE

Listas Candidatas Validadas pela Comissão Eleitoral ao Conselho de Jurisdição do LIVRE

(Mandato 2022-2024)

XII Congresso do LIVRE

Sede Nacional
Praça Olegário Mariano, n.º 5, 2.º Esq.
1170– 278 Lisboa
info@partidolivre.pt

LIVRE

ÍNDICE

Lista A ……..….3
Declaração de Candidatura ……...4

Lista B ……...……5
Declaração de Candidatura ……...6

Sede Nacional
Praça Olegário Mariano, n.º 5, 2.º Esq.
1170– 278 Lisboa
info@partidolivre.pt

LIVRE

Lista A

Membros Efetivos

Bárbara Haydée Schilling Tengarrinha
Ricardo Paixão Moreira Sá Fernandes
Florbela Martins do Carmo
Manuel Barbosa Lopes
Aurora Celeste Coelho e Silva Cerqueira
Carlos Miguel Gonçalves da Silva Conde
Maria da Glória Capela Tomás Cebola de Almeida Franco
Jorge Manuel Pargana Gravanita
Luciana Azevedo de Sá Rio Branco
Adriano José Alves Filipe de Carvalho Barrias
João Manuel Armada Amaral de Oliveira Santos

Membros Suplentes

Sara Soares Marques Proença
Luís Filipe de Meneses Montenegro Romeu

Sede Nacional
Praça Olegário Mariano, n.º 5, 2.º Esq.
1170– 278 Lisboa
info@partidolivre.pt

DECLARAÇÃO DE CANDIDATURA AO CONSELHO DE JURISDIÇÃO DO LIVRE

Bárbara Haydée Schilling Tengarrinha, Ricardo Paixão Moreira Sá Fernandes, Florbela Martins do Carmo, Manuel Barbosa Lopes, Aurora Celeste Coelho e Silva Cerqueira, Carlos Miguel Gonçalves da Silva Conde, Maria da Glória Capela Tomás Cebola de Almeida Franco, Jorge Manuel Pargana Gravanita, Luciana Azevedo de Sá Rio Branco, Adriano José Alves Filipe de Carvalho Barrias e João Manuel Armada Amaral de Oliveira Santos, como membros efectivos, e Sara Soares Marques Proença e Luís Filipe de Meneses Montenegro Romeu, como membros suplentes, apresentamos a nossa candidatura, sob a forma de lista, à eleição do Conselho de Jurisdição do LIVRE.

A nossa lista reúne membros com idades, percursos e formações distintos. Cerca de metade dos elementos desta lista integraram Conselho de Jurisdição no último mandato. A conjunto com experiência do trabalho e procedimentos, juntam-se elementos que integraram outros órgãos no mandato anterior e elementos que se candidatam a órgãos do partido pela primeira vez. De Ponta Delgada a Bruxelas, vivemos e trabalhamos em contextos muito diferentes. Partimos para esta candidatura certos de que o confronto e a complementaridade dos nossos pontos de vista enriquecerão e fortalecerão o nosso trabalho no Conselho de Jurisdição. Estamos unidos na vontade de cumprir e fazer cumprir os Estatutos, Regulamentos e a Declaração de Princípios do LIVRE, garantindo uma participação partidária pautada por princípios de ética e transparência. Propomo-nos responder de modo claro, rigoroso, objectivo e imparcial às questões que nos forem colocadas. Pretendemos garantir o respeito pelos princípios da legalidade, da igualdade, da proporcionalidade e da boa-fé, dentro do LIVRE, de modo a que todos os membros e apoiantes possam exercer uma participação democrática e plena.

Por fim, queremos ainda garantir aos membros e apoiantes que se dirijam a este órgão que todas as questões colocadas serão alvo de uma análise cuidada e ponderada antes do processo de deliberação.

20 de fevereiro de 2022
Os membros da lista candidata

LIVRE

Lista B

Membros Efetivos

Inês Viana Pala
Anaximandro de Sá Brito Furtado
Inês Cisneiros e Faria Lourenço
João Ricardo Corredoura Fanha
Graça Maria Jacinto Mendonça Nazaré
Rui Manuel Pereira Matias
Marta Filipa de Sousa Ramos
Daniel Blanc Rocha
Lídia Paula Martins Figueiredo
João David Barata Rodrigues
Maria João Duarte Nobre Pereira Bernardo

Membros Suplentes

Filipe Manuel da Silva Martins
Eunice Januário Gomes
Francisco Maria Abreu do Nascimento Lampreia Burnay

Sede Nacional
Praça Olegário Mariano, n.º 5, 2.º Esq.
1170– 278 Lisboa
info@partidolivre.pt

DECLARAÇÃO DE CANDIDATURA

CONSELHO DE JURISDIÇÃO

XII CONGRESSO DO LIVRE

A inteligência coletiva é mais do que a soma das inteligências individuais, radicando-se na forma como estas estão organizadas. Cabe aos órgãos jurisdicionais assumir a função fulcral de garantes da ordenação de qualquer coletivo e dos direitos das pessoas que o integram. É pela aplicação do Direito, instrumento de ordenação social por excelência, que gerimos o conflito, incontornável na vida das organizações, e contribuímos para o seu funcionamento saudável. No caso do LIVRE, cabe ao Conselho de Jurisdição (CJ) a importante tarefa de primar pelo cumprimento dos Estatutos do LIVRE, da sua Declaração de Princípios, do Código de Ética e demais instrumentos normativos que vinculam o partido, determinam os deveres e salvaguardam os direitos dos seus membros e apoiantes.

Assim, nos termos do artigo 16.º, n.º 2 do Regimento do XII Congresso do LIVRE, aprovado a 14 de fevereiro por via do artigo 9.º, n.º 4 dos Estatutos do LIVRE, apresentamos aos Membros e Apoiantes do LIVRE a lista que segue em anexo, à qual juntamos a exposição de motivos que orienta a candidatura, bem como os objetivos a que nos propomos:

O Conselho de Jurisdição, enquanto órgão responsável pelo controlo da legalidade interna do Partido e pela fiscalização e controlo internos da gestão financeira do partido, é o órgão com competências melhor delimitadas: tendencialmente, não age oficiosamente e responde a pedidos de iniciativa externa. Este carácter delimitado estende-se ao conteúdo das suas respostas, cuja fundamentação deverá sempre assentar no **princípio da legalidade**, baseando-se nos documentos do partido e na legislação vigente. O Plenário do CJ é a última instância onde os processos do partido são tratados internamente, cabendo dele recurso para o Tribunal Constitucional. Os seus membros devem garantir a sua **independência**, pelo que não podem acumular outras funções de direção política. Adicionalmente, para cumprir com o **dever de imparcialidade**, estão sujeitos a um regime de impedimentos específicos, devendo comunicá-los quando estes se verifiquem e escusando-se dos processos de decisão nos quais possam ter interesse.

Só a atividade idónea deste órgão poderá salvaguardar a **credibilidade** e **bom funcionamento** do partido. Numa altura em que se beneficia da atribuição de dinheiros públicos, cuja gestão sempre estará sob acrescido escrutínio em período de representação parlamentar, esta virtude é primordial. Também contribui para a subsistência da organização e dos seus princípios em períodos de crescimento, pois garante a **estabilidade** dos processos e reafirma o respeito pelas normas escritas. Durante estes processos, é essencial a transposição do conhecimento para um formato duradouro: apenas com **registos escritos** alcançamos uma base teórica de continuidade que nos permite partilhar o trabalho prévio e educar para a concretização dos princípios do partido. O órgão contribui, pois, para a prossecução da missão política do partido, de forma isenta e íntegra e em cooperação com os restantes órgãos eleitos, mantendo a devida equidistância.

Conscientes da exigência que se coloca à tarefa do Conselho de Jurisdição, organizámos esta equipa de pessoas. Agregamos **conhecimento jurídico**, indispensável à correta interpretação dos elementos normativos que vinculam o partido, assim como **competências analíticas** que são essenciais para o exercício das funções a que nos propomos. Cada qual tem um conjunto variado de experiências pessoais e profissionais, formação e competências que nos capacitam para um exercício idóneo

destas responsabilidades. Em anexo, deixamos breves notas biográficas acerca das candidatas e candidatos da lista.

Assumimos o compromisso de nos pronunciarmos atempadamente sobre os pedidos dirigidos ao órgão, cumprindo com todas as formalidades e respeitando a solenidade dos processos, garantido em todas as decisões uma rigorosa e completa fundamentação. Assentamos a candidatura em dois eixos prioritários: por um lado, **evitar e gerir devidamente conflitos de interesses**; por outro, **cumprir escrupulosamente com os requisitos do processo de aprovação do relatório de contas do partido**.

O tratamento de conflitos de interesses está expressamente atribuído ao Conselho de Jurisdição e concretiza-se na garantia da independência e imparcialidade dos seus membros, estendendo-se igualmente à gestão destes conflitos nos demais órgãos do partido. Situações de acumulação de funções incompatíveis e violação dos impedimentos consagrados para os membros do Conselho de Jurisdição não poderão voltar a suceder. Do mesmo modo, urge que as devidas escusas sejam declaradas também nos restantes órgãos. Esta urgência afirma-se para que se evitem intromissões indevidas nos trabalhos dos órgãos e estende-se à gestão das contratações efetuadas pelo partido.

Com a reatribuição de subvenção pública, impõe-se que assumamos uma postura séria na gestão do orçamento do partido, pugnando pela submissão atempada dos Relatórios de Contas do partido ao Tribunal Constitucional. Esta submissão deverá ser sempre antecedida pela emissão de parecer do Conselho de Jurisdição. O não cumprimento deste procedimento levou já à acumulação de multas avultadas por parte do partido, que poderão culminar, em última instância, na perda da subvenção atribuída. O cumprimento deste procedimento não é apenas necessário para garantir a subsistência financeira do partido, trata-se de um imperativo ético que advém da utilização de dinheiros públicos, financiados pelos impostos de todas e todos os portugueses.

Por fim, a proteção constitucional dada à democracia intrapartidária coloca o Conselho de Jurisdição numa linha preliminar de verificação dos princípios de transparência e gestão e organização democrática e do arsenal garantístico aplicável aos Membros e Apoiantes do LIVRE, num quadro de pluralismo e igualdade. **Cabe ao CJ zelar pelos direitos e liberdades de todos os membros e apoiantes do partido, salvaguardando-os sempre no seio da sua atuação.**

Candidatam-se ao Conselho de Jurisdição:

Inês Viana Pala
Anaximandro de Sá Brito Furtado
Inês Cisneiros e Faria Lourenço
João Ricardo Corredoura Fanha
Graça Maria Jacinto Mendonça Nazaré
Rui Manuel Pereira Matias
Marta Filipa de Sousa Ramos
Daniel Blanc Rocha
Lídia Paula Martins Figueiredo
João David Barata Rodrigues
Maria João Duarte Nobre Pereira Bernardo
Filipe Manuel da Silva Martins
Eunice Januário Gomes
Francisco Maria Abreu do Nascimento Lampreia Burnay

Subscrevem esta candidatura*:

*Nos termos do Artigo 14.º, n.º 8 dos Estatutos do LIVRE, a listas candidatas ao Conselho de Jurisdição devem ser subscritas por um número de membros cinco vezes superior ao dos seus membros, podendo cada membro do LIVRE subscrever mais do que uma lista.

APRESENTAÇÃO DA LISTA

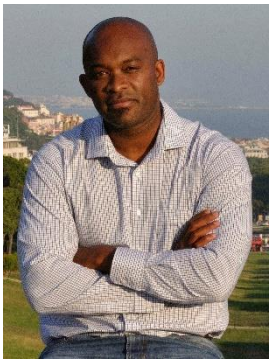
Inês Viana

De 1998. Sou de Matosinhos, atualmente a viver em Braga. Licenciei-me em Direito pela Universidade Católica Portuguesa do Porto (2020). Sou mestranda em Ciência Política pela Universidade do Minho, EEG (2021). Juntei-me ao LIVRE em 2020, após o término da minha licenciatura. Desde então, fiz parte do Grupo de Coordenação Local do Núcleo Territorial do Porto, e fui membro da Assembleia, onde pertenci ao Grupo de Trabalho Processo. É-me impossível relatar a experiência que acumulei, mas destaco as seguintes atividades: participei na mesa redonda sobre Paridade de Género no 25 de abril LIVRE de 2021 (25 Baril); moderei a Conversa Livre do NT Porto sobre ecofeminismo; apresentei várias propostas ao lado de outros camaradas da Assembleia para melhoria dos processos internos.

Tenho-me dedicado ao estudo de matérias ligadas à transparência, integridade e ética, com enfoque na prevenção, tratamento e gestão de conflitos de interesses. Sou uma pessoa naturalmente curiosa e com uma vasta gama de interesses, dos quais destaco: feminismo, direitos das mulheres, contratação pública, ética, teorias de justiça, sistemas eleitorais, conflitos de valores...

Durante a licenciatura, colaborei com o núcleo HeforShe UCP-CRP enquanto cocoordenadora do Departamento de Marketing e integrei e editoria de Política do Jornal Universitário do Porto. Atualmente, escrevo para um pequeno blog «Inventário Académico», onde partilho experiências e aprendizagens acumuladas durante o mestrado e o meu próprio processo de investigação.

Anaximandro Furtado



Tenho 43 anos, sou IT Manager na Synopsys, Inc, líder no mercado de software de design electrónico (EDA) e semicondutores. Sou co-manager da região da Europa e giro todos os aspectos relacionados com a tecnologias de informação. As minhas responsabilidades abrangem o planeamento e execução orçamental anual, gestão de centros de computação, segurança informática, desenvolvimento de software, vários aspectos relacionados com a produtividade e projecto de integração desencadeados por fusões e aquisições. Para conseguir executar com sucesso estas responsabilidades, giro uma equipa de 14 colaboradores distribuídos pelos escritórios de Portugal, Polónia, Israel, Finlândia, Hungria e Suécia.

Nasci na Guiné-Bissau, em 1978, e mudei-me para Portugal em 1991 para completar o secundário e mais tarde, o ensino

superior. Licenciei-me em informática e gestão de empresas pelo ISCTE. A convite de um dos professores, ainda no segundo ano do curso, comecei a minha carreira como programador numa pequena empresa portuguesa com pouco menos de 20 colaboradores que, volvidos 10 anos, viria a ter escritórios também na China, Macau, Inglaterra, Bélgica e França. Há 20 anos que trabalho como IT na indústria de semicondutores e EDA.

Sempre fui descrente do sistema político no geral e em 2019, uma leitura do programa do LIVRE faz-me crer que é possível uma colaboração estruturada e responsável numa organização de natureza política. O contínuo crescimento do LIVRE exige-lhe mais agilidade e coordenação, sem nunca perder a consistência entre as suas ações e o que se propõe no seu programa político. Acredito que o CJ poderá ter um papel fundamental na manutenção dessa consistência.

Inês Cisneiros

Tenho 32 anos (n.1989) e moro em Lisboa. Sou advogada com cédula activa, faço traduções técnico-jurídicas, tenho estudos pós-graduados em Direitos de Autor e Sociedade da Informação, Protecção de Dados e Bioética, e estou na fase de dissertação do Mestrado em Filosofia Política na FCSH-UNL. Actualmente participo ainda no Grupo de Teoria do Direito da Faculdade de Direito (Lx Legal Theory Group) da Universidade de Lisboa. Acompanho o LIVRE desde que surgiu e fui comparecendo nalguns eventos até participar nas campanhas para as Eleições Europeias e para as Legislativas de 2019. Fiz-me Membro em Outubro de 2019. Fui eleita Membro da Assembleia, coordenadora do Grupo de Trabalho Processo (2019-2022), e nomeada representante da AL no Grupo de Reflexão sobre as Primárias do LIVRE. Já colaborei com todos os Círculos Temáticos do LIVRE, mas tenho tido mais actividade no Círculo Temático Liberdade e Democracia.

Licenciei-me em Direito pela Universidade de Lisboa em 2011, e tenho um passado no associativismo estudantil que muito me preparou para a vida partidária. Colaborei em diversas qualidades com a Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e a Associação Académica da Universidade de Lisboa, tendo integrado as suas direcções. Cheguei inclusive a ser Vice-Presidente do Conselho Fiscal da AAUL. Durante 10 anos trabalhei em escritório de advogados com uma forte componente internacional e uma prática muito centrada em Projectos de Investimento Estrangeiro, Direito Regulatório e Energia, concebendo e estruturando formas de representação local e capitalização de várias empresas, desenhando formas de governança societária e também prestando assistência na celebração de contratos com o governo de cada país.

João Fanha

Tenho 25 anos e sou licenciado e mestre em Economia pela Nova SBE, onde foquei os meus estudos nos temas de Economia Política, Integração Europeia e Políticas Públicas. É também lá que sou professor de Cálculo, Estatística e MO Excel desde 2019. Nos últimos 6 meses fiz um estágio em investigação económica para a ONU na ESCAP, onde escrevi artigos sobre comércio internacional e integração económica na Ásia-Pacífico. Tenho experiência associativa no Nova Women in Business e em sucessivas associações de estudantes desde o ensino básico. Sou cooperante na Rizoma, uma cooperativa multissetorial que detém uma mercearia autogerida e uma horta comunitária em Lisboa.

No LIVRE, ao qual pertenço em espírito desde 2019 e no papel desde as autárquicas do ano passado, já criei com outros camaradas o NT Sintra, cujo CGL integro, e participei também na ávida campanha das legislativas em Sintra e também em Lisboa.

Trago a esta candidatura a energia de um novato na lide partidária, e as competências analíticas de um economista que preza não só as propostas que o LIVRE apresenta, mas também o rigor técnico e a transparência democrática que lhe são amplamente reconhecidos. Foi por estes valores que cheguei até este partido, e é pela sua defesa que me comprometo a trabalhar.

Graça Nazaré

68 anos, em fase de reforma complicada dada a minha natureza viajante. Vivi mais tempo fora do que dentro do país. Tenho formação em Teatro, em Filosofia e em Línguas. Tenho uma vida cheia e livre, mesmo em alturas de circunstâncias adversas. Tenho uma experiência variada a nível do trabalho, que vai de cuidadora a secretária, de tradutora a docente de línguas, de produtora e encenadora de teatro (actriz nos tempos livres para ganhar cacau para produzir), empregada de restaurante e gerente de B&B, guia turística informal através de uma rede de amizades estrangeiras. Ajudei a criar um jornal local, trabalhei como voluntária numa associação dedicada a crianças, e fiz parte de uma associação de artesãos. Na minha idade, sem ter registo, há coisas de que nem me lembro.

A nível político fui militante antifascista e pertenci a um partido da chamada extrema-esquerda durante 2 anos na clandestinidade e quase 4 depois do 25 de Abril. Desliguei-me desse partido quando o seu pendor antidemocrático autoritário se me tornou de tal modo pesado e aparente que já não era possível lá continuar. Nunca mais pertenci a nenhum partido até à minha entrada no LIVRE em Setembro de 2020.

Interesso-me pela questão de políticas e dos processos que as enformam, pois considero que a qualidade dos processos

determina intimamente a qualidade das políticas. Igualmente me interessam as questões feministas, do anti-racismo e dos comuns, estas duas últimas merecendo-me uma especial atenção. Sou membro da Assembleia do LIVRE e do GT Comunicação desde as eleições intercalares de 2021 que se realizaram pouco depois da minha entrada no partido. Contribuí para vários grupos dos CTs, nomeadamente para o grupos de discussão sobre o trabalho e o RBI. Participei no Grupo Antifascista Miguel Torga e em manifestações organizadas por este grupo enquanto representante do LIVRE e nas manifestações do 8M em Vila Real. Tenho escrito em blogues pessoais ao longo dos meus anos de viagens e recentemente publiquei 2 artigos, um dos quais em colaboração com a camarada Inês Viana, sobre questões feministas no Público.

Integro actualmente o Grupo de Discussão sobre Questões Feministas e sou membro do Núcleo Territorial de Sintra.

Rui Pereira Matias

Natural de Lisboa, 44 anos, licenciado em Direito desde 2001 (com especialização em ciências jurídico-criminais), ingressei nos quadros da Direcção-Geral dos Impostos (actual Autoridade Tributária e Aduaneira) em 1999, como estagiário. Com quase 23 anos de carreira na mesma instituição, agreguei a especialização académica jurídico-criminal com a especialização profissional do Direito Tributário, na vertente da investigação criminal tributária.

Sou Inspector Tributário e Aduaneiro de profissão, sou de Esquerda por convicção. Membro do LIVRE desde 2015 e candidato às legislativas daquele ano pelo círculo da Guarda, temporariamente afastado das lides políticas por imperativos familiares, de regresso ao activo por solicitação do Partido para o preenchimento da lista candidata às legislativas de 2022, pelo círculo de Lisboa. Até à data, sem qualquer integração ou participação orgânica no LIVRE, mas com forte desejo de poder contribuir para o crescimento e desenvolvimento do Partido através do zelo e competência na aplicação e interpretação do normativo jurídico que rege a sua actividade, em prol da certeza e paz jurídica, essencial à defesa e funcionamento dos seus órgãos, Membros, Apoiantes e do Estado de Direito Democrático.

Marta Ramos

Sou Alfacinha desde 1997, e pouco tempo depois mudei-me para a Margem Sul do Tejo, onde resido atualmente. Licenciei-me nas áreas de Ciência Política e Relações Internacionais na FCSH-NOVA, onde descobri o meu gosto pelas questões da representação de interesses, a ligação entre os vários agentes de decisão política e formas de cidadania ativa. Nesse sentido, consegui uma bolsa Fulbright para estudar estas problemáticas no Mestrado de Política da NYU, que estou de momento a terminar.

Sou LIVRE apenas desde fevereiro de 2022, mas o meu alinhamento político com o Partido já precede esta inscrição - desde as Europeias de 2019 - numa altura em que estava a trabalhar pelo aumento da participação política e eleitoral jovem. Os princípios de transparência, colaborativismo e de democratização dos processos institucionais partidários foram algumas das razões pelas quais senti que o LIVRE seria o meu Partido.

Candidato-me ao CJ para assegurar o funcionamento imparcial e estatutário do Partido, por forma a estabelecer o seu caráter institucional numa altura fulcral da sua expansão a nível nacional.

Daniel Blanc

Fiz a minha formação política dentro da esquerda radical, em práticas de responsabilidade associativa, sindical e de gestão de equipas.

Nas décadas de 80 e 90 exerci funções associativas de secretariado, tesouraria e presidência em estruturas financiadas por projetos locais e regionais e por orçamentos sociais públicos com relatório anual de atividades de que dui responsável.

Fui, nos anos '90 representante do pessoal, incluindo saúde e segurança, e depois secretário do conselho de empresa da Mutualité Française, representante eleito de 200 pessoas com efectividade no controlo de gestão anual da empresa

Nos anos 2000, fui defensor sindical, com formação em direito civil e do trabalho na Confederação Geral do Trabalho, o maior sindicato de empregados franceses. Exerci funções de presidente da secção de gestão do tribunal des Prud'hommes (tribunal do trabalho conjunto eleito) de Toulouse, no sul da França, o 4º maior da França.

Na mesma década fui dirigente de equipe médica num centro de saúde da Caisse d'Action Sociale de l'Electricité de France, garante da ética médica.

Fiz formação de formadores na área da medicina osteopática a nível nacional francês, facilitadores de sessões como parte de um diploma universitário.

Sinto-me assim habilitado ao:

- controlo de funcionamento institucional de acordo com as regras estabelecidas no Livre e as regras dos libertários democráticos no que diz respeito à experiência histórica das lutas

- e à gestão real do partido de acordo com as regras éticas definidas dentro do partido e resultantes das filosofias resultantes das experiências dos movimentos sociais do século XX.

Lídia Martins

Não há outra opção senão contribuir para mudar o mundo, todos os dias, a qualquer hora e em qualquer lugar, intervindo, semeando. Cada pequeno gesto, cada resistência, cada ação, é um grande catalisador.
Cidadã emigrante, com 54 anos, residente em Bruxelas há 22 anos, em ambiente de forte pluriculturalidade (aproximadamente 200 nacionalidades nesta metrópole).
Intérprete auxiliar de conferência (sem vínculo) no Parlamento Europeu e outras instituições e agências europeias. Intérprete pro bono em encontros cívicos multiculturais, organizados por ONG's. Intérprete-acompanhante pro bono para mulheres portuguesas emigrantes na Bélgica, junto da Administração Local e Serviços Hospitalares (francês e neerlandês).
Ativista pelos direitos cívico-políticos dos emigrantes portugueses e voto electrónico, na Bélgica, desde 2014. Mobilizadora de outros voluntários.
Candidata em 2015 a representante junto do Conselho Consultivo das Comunidades Portuguesas. Peticionária da iniciativa 'Também somos Portugueses" (2016-2017 recenseamento eleitoral automático e voto electrónico).
Radialista, desde 2016, na Rádio Alma Bruxelas. Autora e animadora do programa radiofónico em língua portuguesa "Ser Português Aqui". Colaboradora no programa radiofónico «Mulheres Cidadãs» de autoria de Nelly Jazra Bandarra, na mesma Rádio Alma Bruxelas.
Dirigente associativa em 3 associações de portugueses da Bélgica (vários mandatos) e na Federação das Associações Portuguesas da Bélgica (2 mandatos consecutivos), tendo promovido a inclusão das mulheres e jovens nas direções das associações e nas reuniões plenárias a nível federativo.

João Rodrigues

Tenho 26 anos e estou no LIVRE desde 2017.

Fiz parte da comissão instaladora do núcleo territorial de Sintra e sou uma das pessoas do grupo de coordenação local deste concelho. Ajudei na campanha para a junta de freguesia de Algueirão-Mem Martins e trabalhei na implementação e operacionalização da mesma. Fora do partido, sou redator e ajudo PMEs a ter campanhas interessantes de forma económica e sustentável. Antes, trabalhei como servente de pedreiro, vendedor de gelados, caixa de supermercado e técnico de juventude.

Ao mesmo tempo, consegui conciliar os empregos que tinha com os estudos. Em 2017, licenciei-me em Estudos Europeus pela Faculdade de Letras de Lisboa (FLUL). No mesmo ano, iniciei uma pós graduação em Comunicação e Marketing político no ISCSP e, em 2018, comecei um mestrado em Comunicação, cultura e tecnologias da informação no ISCTE , o qual ainda frequento.

Maria João Bernardo

Nasci há 50 anos em Lisboa, a mais velha de 3 irmãs. Licenciei-me em antropologia nos anos 90. Não me tornei antropóloga, mas a formação superior permitiu-me usar o "elevador social" do acesso ao trabalho, remunerado acima do mínimo legal. Umas vezes o subi, noutras desci.Trabalhei em muitas esferas, desde produção televisiva e de espetáculos até serviços turísticos - muitas vezes em simultâneo, fui DJ e barmaid. Fui também empresária em nome próprio, com uma loja que durante 7 anos promoveu arte local e urbana. Sucumbiu na crise de 2008, mas a minha vontade de participação política, essa acentuou-se.

Nos últimos 6 anos abracei uma radical mudança de vida e sou "neo-rural". Vivo e trabalho numa quinta biológica no sotavento algarvio, onde chefio o restaurante, enquanto exemplo de Dieta Mediterrânica "Farm to Fork", tentando cumprir uma exigência de ecossustentabilidade - nas atividades e da nossa própria vida.

Em 2014 o LIVRE aparece como o partido em que quero votar e que me desafia à participação interna, o que veio a acontecer após a não eleição em 2015. Desde esse ano e até ao presente, sou membro da Assembleia. Com a minha candidatura, espero contribuir para a concretização de pluralidade de listas, inédita na vida do partido, mas fruto do seu merecido crescimento.

Filipe Martins

Programador informático, Curso Profissional de Informática Aplicada à Indústria. Tenho 44 anos e sou de Santo Tirso.
A informalidade e o desenrascanço são pares do nosso reino, mas não têm lugar no LIVRE porque rapidamente impõem o seu preço, e aí entra o CJ que, no que toca a regras e estatutos, deve preocupar-se muito mais com a letra do que com o espírito. E deve sempre rejeitar suposições e conjunturas.
Um CJ activo é fundamental para manter a paz interna e a credibilidade externa.
Acredito que tem havido pouco rigor formalista e muita leniência na acção dos vários órgãos, e como a crítica é inútil quando não leva à acção, sou candidato.

Eunice Gomes

Tenho 21 anos. Sou natural da Guiné-Bissau. Primeira filha de quatro, daí muita responsabilidade. Estou a fazer licenciatura em Antropologia na NOVA FCSH. Tenho interesse em tudo que toca estudo da sociedade e acho fundamental o estudo das ciências humanas.
Juntei-me ao LIVRE em agosto de 2021, no momento em que tomei consciência da importância da participação na vida política. Pertenço ao NT Sintra e, apesar de estar há pouco tempo no LIVRE, tive oportunidade de participar em duas eleições, o que faz parecer muito tempo. Participei de forma ativa na campanha autárquica de Sintra para a freguesia de Algueirão-Mem Martins.

Francisco Burnay

Sou o Francisco Burnay, tenho praticamente 39 anos, sou membro do LIVRE desde o início de 2020, e fui apoiante quase desde a sua fundação.

Tenho formação em Física, e sou agricultor. Trabalho numa empresa familiar no concelho de Beja, e estou a candidatar-me ao Conselho de Jurisdição nas eleições do XII Congresso do LIVRE.

Houve várias razões que me levaram a considerar candidatar-me a este órgão. Apesar de não ter formação jurídica, estimo muito a lisura e a transparência processuais, o rigor técnico, e o trato institucional. Estou familiarizado com a análise de orçamentos e habituado ao cumprimento e aplicação directa de disposições legais na minha profissão.

Para além do meu conforto em torno dos números, fruto da minha formação, tenho alguma experiência com candidaturas a apoios de financiamento e elaboração de orçamentos. Tive formação em gestão de empresa agrícola, e sou responsável pela gestão na minha empresa.

Em 2015 contribuí para a elaboração do Documento Interno de Estimativa Orçamental, para o Grupo de Trabalho de Políticas Económicas e Coesão Territorial, no contexto da candidatura LIVRE/Tempo de Avançar. Considero este tipo de trabalho fundamental para orientar as escolhas políticas, para fundamentar programas eleitorais e para comunicar com quem nos apoia de forma honesta e transparente.

Creio que posso contribuir para que o LIVRE esteja à altura dos seus princípios democráticos, de abertura, e de transparência.